



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



70

*Discurso na solenidade de transmissão
da presidência da Confederação Nacional
da Indústria (CNI)*

SEDE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, BRASÍLIA, DF.

18 DE OUTUBRO DE 1995

Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo Magalhães; Senador Fernando Bezerra, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Dr. Mário Amato; Dr. Albano Franco, ex-Presidente dessa Instituição; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores; Senhor Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; Senhores Parlamentares; Senhores Membros da Diretoria do Conselho Fiscal da Confederação Nacional da Indústria; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

Hoje é um momento de júbilo para todos nós. Há o fato, fato importante numa associação como esta Confederação Nacional da Indústria, da passagem da presidência de um ilustre empresário brasileiro para outro não menos ilustre. Isso por si já marcaria a importância da data. Mas, ao ouvir hoje, aqui, os discursos do Dr. Amato e do Dr. Fernando Bezerra, eu refletia que, na verdade, há uma razão adicional para que o Presidente da República se congratule com os que aqui estão.

É que há uma enorme convergência hoje no Brasil. Quase que os discursos podem ser trocados – por sorte para mim, que não trouxe

discurso escrito. E isso se vê em muitas partes do Brasil. Existe uma tal coincidência de propósitos, que é forçoso reconhecer que o Brasil encontrou o seu rumo, é forçoso reconhecer que aquilo que há tantos anos se repetia, de forma até enfadonha, de que nos faltava um projeto nacional, já não é mais verdadeiro. Não só temos um rumo, mas temos um projeto, e esse rumo e esse projeto começam a ser palmilhados, começam a ser desenhados na prática e quase que independentemente de quaisquer articulações.

Ouço discursos e faço-os com muita freqüência, e tenho notado essa imensa coincidência de propósitos. Ainda hoje, ainda há pouco, tive o prazer de receber um grupo importante de parlamentares e de dirigentes da agricultura brasileira, que veio agradecer ao Governo o fato de que nós havíamos feito uma negociação – importante negociação – que significou a securitização de algo que atormentava os agricultores, que era a dívida. E, ao ouvi-los, da mesma maneira, havia ali a expressão de uma nova mentalidade no Brasil, da compreensão de que é preciso haver convergência, de que é preciso haver entendimento e de que se faz o que é possível, mas é preciso também forçar para que o necessário seja possível. E, mesmo para aquilo que, num primeiro momento, parece inviável, quando se persiste se encontra o rumo. E isso nós temos encontrado a cada canto.

Conversando, vou para o outro pólo, com trabalhadores da terra, da Contag, ou mesmo com os sem-terra, que recebi. Vemo-los num diaap-são diferente, muitas vezes usando uma linguagem que não é aquela à qual os ouvidos de muitos estão habituados; mas, no fundo desejam a mesma coisa. Desejam que haja maior possibilidade de distribuição de renda, que haja prosperidade, que haja emprego, que haja alguma forma de convivência que permita o bem-estar para a maioria. Acho isso muito significativo e muito importante

Quero também dizer-lhes, com toda a franqueza, já que estamos entre empresários, muitos dos quais são meus amigos de longa data, que o Congresso tem colaborado. Aqui estão o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara. Não fosse a contínua disposição de ambos, e eles refletem um pensamento da Casa de dialogar com o Presidente da Re-

pública, não teríamos alcançado as transformações que estamos alcançando no plano legal, que são muito difíceis em qualquer país do mundo, porque implicam necessariamente um conjunto de regras, implicam necessariamente a busca de acordos, a busca de entendimentos, a aceitação de pontos de vista contrários, a capacidade de transigir naquilo que é possível transigir e de ser inflexível naquilo em que é imperioso ser inflexível. E dessa maneira temos caminhado.

Quando me reúno com governadores, e aqui há tantos, sinto o mesmo espírito. Governadores de todos os partidos, de todos, sem exceção, no fundo dizem, *grosso modo*, a mesma coisa que ouvi aqui nesta tarde, neste fim de tarde, dito pelos principais líderes empresariais brasileiros.

Este é o novo Brasil, é o Brasil que se encontrou, é um Brasil, na expressão de Mario Amato, que voltou a ter confiança em si mesmo, auto-estima. Fernando Bezerra diz a mesma coisa e eu repito isto o dia inteiro: que temos que confiar em nós mesmos, porque temos capacidade, já, para definir nossos caminhos.

E o verdadeiro desenvolvimento, a maturidade política, o amadurecimento de uma sociedade ocorrem quando essa sociedade tem informação e é capaz de escolher. Isto é que é a liberdade: quando se tem informação e se é capaz de escolher.

Pois bem, nós hoje vivemos um momento em que há informação e em que a sociedade é capaz de escolher. As escolhas, às vezes, são cruéis e devem se fazer com a freqüência com que as faço, quase a cada dia. Quantas vezes tenho que dizer “não” àquilo que eu gostaria de dizer “sim”, mas é necessário dizer “não”, se o “não” for imperioso para poder dizer “sim” amanhã. Com mais alegria direi o “sim”; mas sem nenhum remorso direi o “não”, quando o “não” for necessário.

Isso não sou eu, somos todos nós, porque escolhemos, optamos, sabemos que é preciso decidir, e decidimos. Decisões difíceis, muitas vezes. Ainda agora, no Congresso, decisões extremamente difíceis, e o Congresso tem respondido a essas decisões. Temos avançado nessas decisões. Não vamos esmorecer. Uma dificuldade hoje e outra amanhã não são suficientes para que o País perca o rumo, desde que nós não

percamos nem a serenidade nem a tenacidade. E temos serenidade e tenacidade, em conjunto, para que continuemos buscando esse rumo.

Hoje, nesta tarde, quero fazer um agradecimento direto aos empresários brasileiros. Foi possível fazermos o Plano Real. Foi difícil fazermos o Plano Real. Aqui há muitos dos que colaboraram nesse plano, seja do ponto de vista técnico, seja do político, seja como empresários. Mas houve algumas condições que facilitaram o Plano Real. Uma, a principal, foi a democracia, sem a qual não haveria a crença, sem a qual não haveria a possibilidade de o Ministro, de o Presidente, de o Parlamentar argumentar e ganhar pelo convencimento, porque haveria desconfiança. A outra é que a nossa empresa privada – e não quero ser injusto com o setor público estatal, porque também teve desenvolvimentos importantes –, a nossa empresa, num sentido amplo, foi capaz de renovar, foi capaz de, sem quase nenhuma ajuda, encontrar caminhos para permanecer na liga, na competição, para se submeter ao desafio da abertura econômica, para continuar exportando, para aumentar a produtividade e para permitir, portanto, que o controle dos preços pudesse ser feito sem que houvesse uma profunda desorganização do sistema industrial. E isso não foi mérito dos que comandaram o processo econômico: foi mérito daqueles que nas fábricas estavam trabalhando: os operários e os dirigentes de empresa, os empresários.

Houve isso no Brasil. E é preciso que se reconheça, assim como temos reconhecido, na expressão do Ministro José Serra, a âncora verde, a expressão que quer dizer que houve uma enorme ajuda, para a estabilização dos preços, na enorme produtividade do setor agrícola e na capacidade que teve esse setor de suportar juros altos, enorme produção, perda de preço, perda de renda. E, apesar das insistentes e justas reclamações, só agora o Governo conseguiu – mas conseguiu – equacionar as questões de modo que ele pudesse também ter o seu quinhão reconhecido.

Aqui nesta Casa de industriais, eu devo dizer, com toda a tranquilidade, que houve enorme contribuição de uma empresa que se manteve viva e que se capitalizou. E, não fosse o fato de as empresas estarem, como se diz em “economês”, em condições de liquidez, nós não teríá-

mos tido a possibilidade de levar adiante o Plano Real na forma que adotamos e que exigiu, eu sei, sacrifícios; que exigiu, eu sei, aqui e ali, uma taxa de juros que não era compatível com a continuidade da produção. Se não fosse o fato de essas empresas terem aumento de produtividade, terem liquidez e de terem também se sacrificado, entendendo que era o momento de ganharmos aquilo que é realmente a maior conquista para o nosso país, a estabilidade da moeda, não teríamos podido aumentar a capacidade de compra do pobre, dando-lhe mais esperança; e permitido também que o trabalhador tivesse o seu salário mantido, no decorrer do tempo.

Senhor Presidente Fernando Bezerra, agradeço aos antigos Presidentes e, em nome dos senhores, agradeço ao empresariado brasileiro o fato de ter trabalhado e de ter mantido a confiança. Repito: é muito importante esta fase nova, em que nós temos auto-estima, sabemos, podemos, porque somos humildes, porque temos capacidade de ouvir, de aprender, de dialogar, e por isso vamos continuar avançando.

Nas minhas atribuições como Presidente da República, freqüentemente tenho que viajar. Ainda ontem eu estava em Bariloche, na Argentina, daqui a dois ou três dias estarei em Nova York. Dá gosto ver – e aqui muitos me têm acompanhado – o quanto hoje já se sente, no exterior, as mudanças havidas no Brasil. Dá gosto ver que hoje nós somos um país respeitado. E o ponto inicial para que houvesse uma volta a esse respeito foi a nossa capacidade de vencer a hiperinflação e de manter a democracia, a nossa capacidade de negociar para poder avançar. Isso é que mostra que somos um país realmente amadurecido.

Não vamos nos contentar com o que já fizemos, porque é muito pouco diante do que está por ser feito. Mas o diagnóstico está feito, o projeto existe, a compreensão dos desafios da globalização da economia é repetida por todos, como foi tão apropriadamente dito pelo Senador Fernando Bezerra.

Isso quer dizer que vai caber também ao Estado, à autoridade pública, uma responsabilidade: a de definir, em conjunto com os vários setores da sociedade, os rumos, incluindo nesses rumos uma política indus-

trial, assim como a capacidade de antecipar o que vai acontecer amanhã e de prepararmo-nos para enfrentar o que vai acontecer amanhã.

E a mesma capacidade tem que haver com a liderança sindical, para que nós, em conjunto, entendamos as modificações que estão ocorrendo, e que vão ocorrer, das relações de trabalho, que terão que ocorrer de uma forma apropriada, para que haja, nessa nova etapa de crescimento da economia brasileira, uma melhor condição de diálogo entre os vários grupos da sociedade e para que um não ganhe mais que outro, senão que nós tenhamos a capacidade de repartir melhor os frutos do progresso técnico, os frutos do trabalho, que é coletivo. E caberá ao Governo, naturalmente, estar articulando essas forças, para que elas possam conviver democraticamente e possam avançar no sentido das transformações.

Aqui, ambos disseram, e com mais detalhe disse o Dr. Fernando Bezerra, que nós temos que encontrar na educação o eixo fundamental da nossa possibilidade de no próximo milênio continuarmos com essa mesma autoconfiança, transformando as nossas forças produtivas e mantendo a nossa sociedade em condições não só de competição, mas, mais do que isso, de convivência adequada e de bem-estar necessário.

Sem uma educação primária, sem uma educação técnica, sem que exista o Senai e o Sesi ajudando, sem que exista a possibilidade de, efetivamente, nós nos preparamos para um mundo que tem uma base tecnológica que se revoluciona com muita rapidez, não teremos condições de enfrentar os desafios do próximo milênio.

Mas nós teremos, e já temos, essas condições. Basta perseverar naquilo de que já sabemos qual é o caminho, mantendo sempre a preocupação com a estabilização da moeda, não imaginando que isso seja algo que se alcança num momento, e, sim, que é um processo, que tem que ser sempre reiterado. Temos de manter sempre a confiança de que sabermos investir mais, com maior capacidade, que saberemos também distribuir melhor nossa renda, mas sempre preocupados com o fato de que ou nós generalizamos o saber e a informação, ou não vamos conseguir efetivamente realizar aquilo que é o sonho de todos e que está ao alcance de qualquer um: perceber, como modelo, o que se deseja. Mas que é muito difícil de fazer, se não fizermos transformações corajosas.

Dentre essas, agora, neste momento, impõe-se um ajuste fiscal efetivo. Ajuste fiscal efetivo quer dizer não apenas aquilo que nós já temos, que é controle dos gastos do Governo Federal, pois há quatro anos temos superávits primários e operacionais, mas significa que esse ajuste será feito não através de mecanismos que levem a cortar despesas necessárias, senão através de mecanismos de racionalização que levem a diminuir a evasão, à sonegação, e de um sistema mais eqüitativo e impositivo, que não pese nada sobre outros mais eqüitativos, mas que permita uma base para que o Estado possa cumprir suas funções públicas com dignidade.

Esse ajuste fiscal é mais difícil nos estados e nos municípios – como sabem os Governadores que aqui estão – do que na União. E é por isso que venho insistindo com muita força que preciso da reforma administrativa. E não vou esmorecer.

Não haverá tentativa de descaracterização das necessidades do País através de quaisquer artifícios ou mesmo de argumentos jurídicos que possam fazer com que o Presidente da República esqueça o que ele disse em campanha com o apoio do povo: que estava na hora de assumir, com coragem, as medidas necessárias; com justiça, sem perseguição a quem quer que seja, muito menos àqueles que são essenciais para o progresso futuro, que são os funcionários, aqueles que servem de espinha dorsal do Estado; mas também sem tentar tapar o sol com a peneira e criar situações, como algumas que já existem, em que qualquer reforma fiscal, tributária, é incapaz de suprir o volume crescente das despesas. Quando esse for o caso, há de cortar as despesas, doa a quem doer. Primeiro, cortando dos privilegiados, que são muitos. Mas, quando necessário, fazendo ajuste de pessoal. Porque não adianta nada enganar o povo. Eu, como Ministro da Fazenda, pedi duas vezes veto ao salário mínimo e expliquei por que queria o veto: porque queria ter condições para um salário melhor no dia seguinte, como temos hoje.

Agora, como Presidente da República, eu digo: o ajuste fiscal depende de que tenhamos muita consciência da situação e que tenhamos coragem de fazer as reformas de que os governadores precisam, os prefeitos precisam e a República requer. Vamos fazê-las, vamos fazê-las

com tranqüilidade, vamos fazê-las sem preocupações de qualquer ordem menor. Vamos fazê-las porque chegou o momento em que o Brasil já não se compraz mais com a leniência, já não aceita mais que nós deixemos de enfrentar os grandes problemas.

Recordo-me das dificuldades que havia para enfrentar a dívida externa. Está aqui o Ministro Malan, que foi o negociador quando eu era Ministro da Fazenda. Parecia impossível. O próprio Fundo Monetário Internacional não nos deu cobertura porque não acreditava na viabilidade. Foi o único caso de uma renegociação da dívida sem o Fundo Monetário. Mas com o nosso empenho, nós renegociamos a dívida, e hoje ninguém nem fala na dívida externa, porque ela foi renegociada em termos adequados.

Estamos agora renegociando as dívidas dos estados. Vamos fazê-lo com o mesmo espírito. É trabalhoso? É trabalhoso. É difícil? É difícil. Mas eles precisam, o povo dos estados precisa, e o Presidente da República não é Presidente da Federação em cima: é Presidente do povo do seu país e está atento, ajudando aqueles que estão nos estados e municípios trabalhando.

Vamos enfrentar assuntos espinhosos, como a reforma agrária, com muita competência, com muita tranqüilidade, com muito espírito de cooperação e com muita coragem também, porque é necessário enfrentar esse assunto.

Vamos cumprindo, pouco a pouco, esta grande agenda que já está desenhada.

Agora, quero agradecer o convite que me fizeram e as palavras que ouvi, desejar toda sorte e êxito e reafirmar que o Governo estará sempre aberto a um diálogo franco, democrático, que não implique submissão nem aceitação, mas implique compreensão dos problemas.

Ao agradecer, como já o fiz, aos Chefes dos Poderes que aqui estão a cooperação inestimável que pessoalmente ambos me têm prestado, também queria, para terminar, lhes dizer que nós só poderemos enfrentar essa agenda, seguir esse rumo, transformar em realidade esse projeto nacional se nós tivermos a capacidade efetiva de sermos solidários, de darmos as mãos uns aos outros, a despeito de qualquer diferença, sem-

pre pensando que o desafio dito pelo Senador Fernando Bezerra é verdadeiro. E esse desafio, nós sentimos que temos força para superá-lo. Mas essa força não é a força de um líder, não é a força de dez líderes, não é a força de uma centena de líderes: é a força de um povo, é a força de um país inteiro, que hoje espera de seus dirigentes boa-fé, competência, trabalho, dedicação, capacidade de reconhecer quando errou e crença. Crença muito forte, convicção de que, com moralidade, com competência, juntos teremos esse Brasil desenhado por Fernando Bezerra. Será o Brasil dos nossos netos.

Muito obrigado.